ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

PLANEJANDO CONTRA A CORRENTE O caso do Plano Popular das Vargens, Rio de Janeiro, RJ

Autores:
Fabricio Leal de Oliveira - IPPUR/UFRJ - flealdeoliveira@gmail.com
Giselle Tanaka, Paula Cardoso Moreira, Fernanda S. Santos - IPPUR/UFRJ - gisellemegumi@gmail.com
Renato Cosentino, Caroline Santana - IPPUR/UFRJ - rcosentino@gmail.com
Poliana Monteiro, Mariana Medeiros - GPDU/UFF - poli.dmambembe@gmail.com

Resumo:

Na década de 2010, uma série de iniciativas de planejamento lideradas por movimentos sociais, associações de moradores e outras articulações sociais ganharam visibilidade como formas de disputa pela produção e apropriação do espaço urbano. Resistências contra grandes projetos incluídos na pauta da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 e movimentos de ocupação de prédios e terrenos ociosos se destacam entre muitas ações de iniciativa de moradores e movimentos sociais em grandes cidades brasileiras. Neste artigo, após uma breve apresentação das principais questões relativas à região das “Vargens”, na periferia oeste do Município do Rio de Janeiro, discute-se o Plano Popular das Vargens (PPVA), seu processo de elaboração e seu papel como instrumento de luta em torno da legislação urbanística e dos projetos governamentais para a área. O PPVA traz novos insumos críticos para a discussão sobre o planejamento urbano e a implementação de operações urbanas consorciadas no Brasil, panaceia que resiste apesar dos recorrentes fracassos financeiros e sociais de grandes projetos elaborados por meio de parcerias público-privadas.

PLANEJANDO CONTRA A CORRENTE

O caso do Plano Popular das Vargens, Rio de Janeiro, RJ

1. INTRODUÇÃO

Na década de 2010, uma série de iniciativas de planejamento lideradas por movimentos sociais, associações de moradores e outras articulações sociais ganharam visibilidade como formas de disputa pela produção e apropriação do espaço urbano. Resistências contra grandes projetos incluídos na pauta da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 e movimentos de ocupação de prédios e terrenos ociosos se destacam entre muitas ações de iniciativa de moradores e movimentos sociais em grandes cidades brasileiras como Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, São Paulo, Recife, entre muitas outras.

No município do Rio de Janeiro, vultosos investimentos em projetos relacionados aos megaeventos esportivos reconfiguraram áreas da cidade, alteraram as condições de mobilidade por meio da expansão do metrô e da implantação do sistema Bus Rapid Transit – BRT e viabilizaram grandes negócios e parcerias público-privadas sonhadas por toda uma geração de prefeitos cariocas. Tanto as administrações de Cesar Maia, que promove o primeiro Plano Estratégico da Cidade no período 1993-1995, quanto as de Luiz Paulo Conde e de Eduardo Paes[1], prefeito do Rio no período olímpico[2], podem ser lidas - apesar de suas não pequenas diferenças – como esforços de implementação de uma gestão em estreita e direta cooperação com investidores privados, incorporadores e proprietários imobiliários. Ao lado das empreiteiras que participaram da construção ou da operação de grandes projetos no Rio de Janeiro (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, OAS, entre outras), destaca-se como grande beneficiário dessa política o nonagenário Carlos Fernando de Carvalho, fundador da incorporadora Carvalho Hosken e latifundiário da região da Barra da Tijuca, beneficiada por décadas de investimentos públicos e que concentrou a maior parte dos investimentos públicos em equipamentos esportivos e infraestrutura de transporte público no período olímpico. Outro grande latifundiário da região é Pasquale Mauro[3] - cujas terras se concentram nas áreas dos bairros de Recreio dos Bandeirantes e Vargem Grande atingidos pelo Projeto de Estruturação Urbana das Vargens -, dono do terreno destinado ao megaempreendimento imobiliário ligado à implantação do Campo de Golfe Olímpico.

[1] Cesar Maia foi prefeito de 1993 a 1996 e depois, novamente, de 2001 a 2008. Luiz Paulo Conde foi prefeito entre 1997 e 2000, e Eduardo Paes entre 2009 e 2016.
[2] O "período olímpico" se inicia em 2 de outubro de 2009, com o anúncio da conquista da candidatura do Rio como sede olímpica, e prossegue até pelo menos o último dia dos Jogos, em 21 de agosto de 2016
[3] Com o falecimento de Pasquale Mauro, em dezembro de 2016, aos 89 anos, seus herdeiros dividem agora suas terras e negócios.

A segunda década do século XXI é também palco do Programa Minha Casa Minha Vida, que produziu dezenas de milhares de unidades habitacionais para baixa renda no Rio de Janeiro, quase sempre em periferias distantes dos principais centros de emprego, ao mesmo tempo possibilitando e viabilizando politicamente as iniciativas de remoção de mais de 60 mil pessoas atingidas direta ou indiretamente pelos investimentos que varreram a cidade (FAULHABER, 2015; CARDOSO et al, 2017).

Por outro lado, condições estruturais impulsionadas pela crise imobiliária de 2008 jogaram os preços dos imóveis do município a patamares inéditos e o Rio foi a cidade brasileira com maior valorização imobiliária no período entre 2008 e 2014, implicando a expulsão, via mercado, de moradores das áreas centrais para a periferia. Enquanto isso, graças à articulação política que se forma entre os governos municipal, estadual e federal, inicia-se a renovação da área portuária que irá exigir cerca de R$ 5 bilhões de recursos do FGTS investidos na Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha, exaustivamente criticada (GALIZA, 2015; PINHO, 2016; PEREIRA, 2015; SÁNCHEZ et al, 2016) tanto pela falha em atingir seus próprios objetivos - em novembro de 2018, a OUC era um retumbante fracasso financeiro -, quanto pelos efeitos sobre a vida de moradores daquela região, especialmente das áreas mais pobres.

O Rio de Janeiro emerge transformado dos Jogos Olímpicos (Sánchez et al, 2016), mas não da forma propagada pelo marketing olímpico. A desigualdade social persiste e, sob vários aspectos, se agrava. As famílias varridas para as periferias não ficam apenas distantes dos seus locais de trabalho, mas tem acesso precário a equipamentos e serviços públicos em áreas que historicamente recebem menos recursos e atenção das administrações públicas. O contexto geral é, literalmente, de fim de festa: com o encerramento das Olimpíadas do Maracanã, nada havia mais para obliterar a crise política e econômica que se instaurara desde pelo menos 2014, ou a crise imobiliária que atingia com força a cidade, alterando o cronograma de lançamento de empreendimentos imobiliários e as estratégias de investimento privado. Nas regiões esquecidas pelas Olimpíadas – tanto na periferia metropolitana, não contemplada por investimentos federais ou estaduais, quanto em áreas mais centrais do município do Rio de Janeiro -, as expectativas de atendimento de demandas urgentes em saneamento, educação, saúde e transporte são reduzidas a quase zero. O impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer à presidência liberava com toda força o terrorismo fiscal que se instaura com a Emenda Constitucional 95/2016, que impõe o teto de gastos ao governo federal. Um ano depois, no Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa aprovaria a Lei Complementar n**.** 176/2017, impondo um teto de gastos para o governo estadual: era a pá de cal que faltava.

Durante toda a euforia e crise da década de 2010, Comitês populares da Copa e das Olimpíadas se instalavam em todo o país, denunciando os impactos dos projetos e apoiando as organizações de resistência de moradores atingidos por grandes projetos: a ocupação Dandara se efetivava em área vazia nas proximidades de área nobre em Belo Horizonte; ocupações de grandes glebas periféricas por famílias sem teto ganhavam importância em São Paulo, junto com a crescente luta contra remoções em áreas de expansão do capital imobiliário; e a luta do pequeno assentamento Vila Autódromo contra as iniciativas de remoção da Prefeitura do Rio de Janeiro ganhava expressão nacional. Uma miríade de outras ações e iniciativas em cidades como Fortaleza (Comunidades do Trilho), Recife (Ocupe

Estelita) e São Paulo (Favela Vila da Paz) mostravam que havia algo no território urbano além das estratégias privadas de acumulação e do empenho dos seus parceiros na administração pública (OLIVEIRA et al, 2016).

É nesse ambiente que surge o caso do Plano Popular das Vargens, impulsionado por uma articulação social que - formada por moradores da região e apoiada por universidades, ativistas e movimentos sociais – desenvolve uma dinâmica de luta e de construção de um projeto comum que busca intervir no processo de produção e apropriação social do espaço urbano em uma área de 50 km^2 na cidade do Rio de Janeiro.

Neste artigo, após uma breve apresentação das principais questões relativas à região das Vargens[4] e à expansão da incorporação imobiliária no Rio de Janeiro, discutimos o Plano Popular das Vargens, seu processo de elaboração e seu papel como instrumento de luta em torno da legislação urbanística e dos projetos governamentais para a área. Ao final, discutimos como o caso das Vargens, ao lado de outras iniciativas em curso no ano de 2018 no Município do Rio de Janeiro, traz novos insumos críticos para a discussão sobre o planejamento urbano e a implementação de operações urbanas consorciadas no Brasil, panaceia que resiste como receita para o financiamento do desenvolvimento urbano em tempos de crise, apesar dos recorrentes fracassos financeiros e sociais de grandes projetos elaborados por meio de parcerias público-privadas.

2. A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NA "REGIÃO" DAS VARGENS

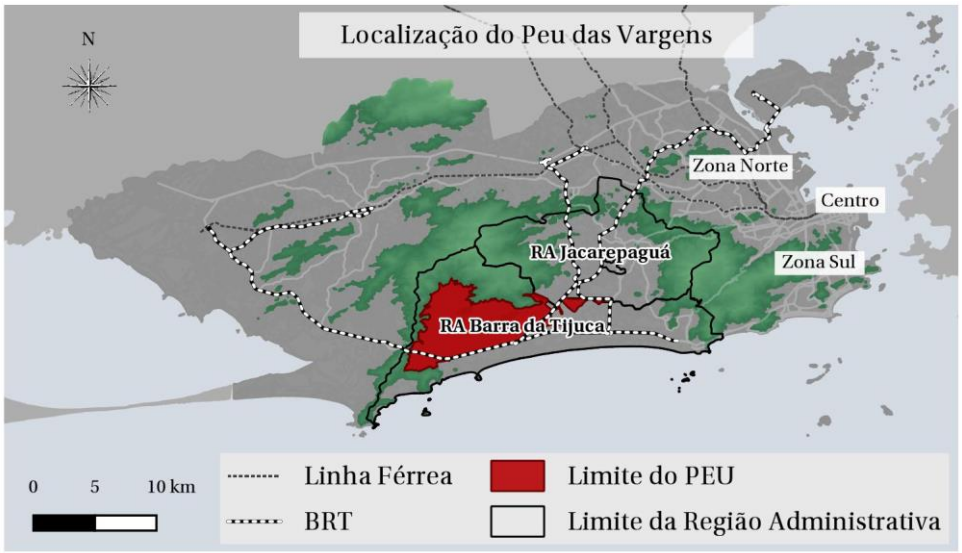
Durante a preparação do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016, um caso de resistência popular ganhou visibilidade internacional. A Vila Autódromo, comunidade localizada no centro nervoso dos Jogos, ao lado do Parque Olímpico na Barra da Tijuca, sofreu todo tipo de pressão e intimidação por parte do poder público para ser removida. Mesmo reduzida a poucas casas, resistiu[5]. No entanto, o caso da Vila Autódromo não pode ser visto em separado de um contexto de lutas e resistências forjado no processo histórico de formação socioespacial da Baixada de Jacarepaguá. A perseguição às comunidades de baixa renda localizadas naquele território não começou no ciclo olímpico e não terminou com ele, assim como a constituição de lideranças, a organização da população e a efetiva ação na resistência à remoção, uma vez que a porção sul da Baixada, que abrange a região administrativa da Barra da Tijuca, se tornou o espaço privilegiado do capital no Rio de Janeiro e principal área de expansão da produção imobiliária formal nas últimas décadas. Em

[4] A denominação de "Vargens" para a região é uma formulação da própria Prefeitura para conferir um certo sentido de homogeneidade que justificasse um tratamento específico na legislação das localidades abrangidas.

[5] Entre os muitos livros e artigos publicados na década de 2010 sobre a resistência da Vila Autódromo, ver, por exemplo, Vainer et al (2013), Sánchez et al (2016) e, especialmente, Tanaka *et al* (2018).

2018, a Barra de Tijuca está consolidada como área de residência de população de alta e média renda, com uma crescente centralidade na oferta de comércio e serviços[6].

Figura 1. Localização da área do PEU Vargens no Município do Rio de Janeiro



Fonte: Paula Cardoso Moreira, 2018

A Barra da Tijuca tem sua efetiva ocupação como primeira residência iniciada após a construção da autoestrada Lagoa-Barra, no fim dos anos 1960, o que facilitou o acesso àquela baixada cercada por dois maciços – da Tijuca e da Pedra Branca – e pelo Oceano Atlântico. Antes disso, era uma área com loteamentos de veraneio, sítios e fazendas, além de comunidades tradicionais de pescadores no entorno de suas lagoas e quilombos na floresta do Maciço da Pedra Branca. O plano piloto desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa deu traços à ocupação que estava por vir, entendida naquele momento como uma extensão da Zona Sul do Rio de Janeiro. A Barra da Tijuca, assim, se forma como um bairro moderno para as elites, com a aprazível proximidade com a natureza – mar, lagoa e montanha – em uma ocupação que, segundo os jornais da época, evitaria o que era visto como o grande problema da tradicional Zona Sul: as favelas.

Na ausência de uma política habitacional que atendesse aos trabalhadores, o que era indesejado aconteceu. O crescimento da Barra da Tijuca e dos bairros do entorno se deu com a constituição de favelas em locais relativamente próximos a cada grande empreendimento erguido. Diferente do que acontecia na Zona Sul, a maior parte destas comunidades populares ocupavam áreas planas, e não encostas. Estas novas ocupações de trabalhadores ou se somavam às comunidades tradicionais, como as pesqueiras e quilombolas, ou surgiam em novos espaços, frequentemente áreas públicas, como as áreas de proteção ambiental no entorno de rios ou, ainda, faixas estreitas entre lotes privados

[6] Nos últimos 10 anos, o bairro da Barra da Tijuca liderou a venda de unidades habitacionais do Rio de Janeiro, seguida pelos bairros de Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. Os três bairros localizados na Baixada de Jacarepaguá representam juntos 57% das vendas totais da cidade entre 2004 e 2013 (Cosentino, 2015).

reservadas em projetos de alinhamento para futuras ruas e avenidas. Muitas delas foram removidas ainda nos anos 1980 e 1990, enquanto outras resistiram e se adensaram.

Dessa maneira, o conflito entre a necessidade da força de trabalho para o crescimento da região e a indesejada ocupação de pobres em um espaço para as elites conforma as lutas e resistências na Baixada de Jacarepaguá. Nos anos 2000, surge o Movimento de União Popular – MUP, ligado principalmente à luta por moradia. Com influência das comunidades eclesiais de base da igreja católica, o processo de formação política do grupo alçou grandes lideranças, atuantes até os dias de hoje. Outros processos de luta também se desenvolveram: pelo reconhecimento de comunidades quilombolas, pelo direito de plantar e comercializar alimentos agroecológicos, além da conservação ambiental. Muitas das lideranças da Vila Autódromo haviam sido militantes do MUP, assim como outras figuras de relevância na organização popular nas Vargens. A luta dos moradores de Vargens pelo direito de intervir sobre o futuro do local onde vivem, ou ainda pelo desejo de sonhar e assim planejar este território, acontece dentro desse contexto amplo de resistência histórica na Baixada de Jacarepaguá, e está diretamente vinculado a ele.

A área das Vargens é uma grande extensão de terra com cerca de 50 km^2 formada por um sistema de encostas - Maciço da Pedra Branca - e planícies ainda pouco habitadas, com extensas áreas de brejos (MONTEZUMA, 2005). Formada pelos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros de Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, a área é descrita de forma genérica no Plano Lúcio Costa, como área agrícola, de chácaras e sítios, ou, simplesmente, como "áreas a se estudar" [7]. As alterações legislativas das décadas seguintes em boa medida mantiveram o caráter de área de cultivo e de amortecimento do Parque Estadual da Pedra Branca. Em 1981, foi aprovado o Decreto n.3.046, que institui índices construtivos maiores para a área, detalhando novas normas, antes genéricas no Plano de Costa. Em 1985, com a edição do Decreto n.5.648, boa parte de Vargem Grande e Vargem Pequena foi delimitada como área de interesse agrícola, para fins de preservação, mas remetia-se as condições de parcelamento, uso e ocupação para futuros Projetos de Estruturação Urbana (PEUs) [8]. Seguindo essas orientação, as diretrizes do Plano Diretor de 1992[9], em seu artigo 69 - III, determina o "desestímulo ao parcelamento das áreas ocupadas por sítios e granjas nos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim".

No entanto, com a construção da Linha Amarela, em 1997, uma autopista urbana que viabilizou o rápido acesso do Centro e Zona Norte à Baixada de Jacarepaguá[10], há uma expansão da dinâmica imobiliária na região, que se iniciara com o transbordamento da produção imobiliária formal da Barra da Tijuca, mas que esbarrava em parâmetros mais restritivos da legislação urbanística. Empresários e proprietários fundiários pressionaram

[7] Ver COSTA, Lucio Plano – Piloto para a urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, Sernambetiba e Jacarepaguá. Estado da Guanabara: Ed. Agência Jornalística Imagem Ltda, 1969

[8] Os Projetos de Estruturação Urbana (PEU) cariocas são decretos ou leis (a partir de 1990) que detalham parâmetros de parcelamento, uso e ocupação para áreas específicas (bairros, conjunto de bairros ou regiões administrativas) da cidade, além de outras disposições. Após a aprovação do novo Plano Diretor, em 2011, passam a ser denominados *Planos* de Estruturação Urbana.

[9] Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei Complementar n.16/1992.

[10] A Linha Amarela é uma via expressa, com cerca de 25 km de extensão que atravessa por meio de 4 túneis o Maciço da Tijuca e liga a Cidade Universitária à Barra da Tijuca, atravessando bairros ocupados por cerca de 2 milhões de pessoas.

então por mudanças legislativas e o prefeito Cesar Maia, já em seu terceiro mandato (2005-2008), propõe o aumento de índice construtivo nas Vargens, mas, desacordos na Câmara Municipal fez com que permanecesse em vigor o Decreto n.3046/1981 (ARAUJO, 2016). Porém, em 2009, no primeiro ano da gestão de Eduardo Paes, a Lei Complementar N. 104 foi aprovada em tempo recorde, permitindo a urbanização e um grande adensamento da área em um novo Projeto de Estruturação Urbana (PEU). Após um período de quatro anos onde foi alvo de intensas críticas e objeto de representações do Ministério Público Estadual quanto à legitimidade do processo legislativo e aos impactos urbanísticos e ambientais, a própria Prefeitura editou decreto em novembro de 2013, que suspende a aplicação da legislação e, por meio de decretos sucessivos, prorroga a restrição até o final de 2016, quando o PEU volta a vigorar (ARAUJO, 2016, p. 128-129) [11]. No período entre 2009 e 2013, o PEU provocou mudanças profundas na região, com milhares de unidades habitacionais construídas e licenciadas (FAULHAUBER, 2016; MOREIRA, 2018). A partir de 2016, a crise politica e econômica brasileira e a queda expressiva da produção imobiliária tem se encarregado de conter ou refrear os seus efeitos mais negativos, pelo menos até novembro de 2018.

Ainda no primeiro mandato de Eduardo Paes (2009-2012), foram realizadas obras de infraestrutura com aportes do tesouro municipal relacionadas à implantação do BRT Transoeste, com a duplicação da principal via de integração da Barra da Tijuca (Avenida das Américas) no trecho do Recreio e Vargens, a abertura do túnel da Grota Funda e a instalação de estações do BRT, o que garantiu uma sobrevalorização das terras da região (COSENTINO, 2015). A abertura do Túnel da Grota Funda fez com que a pressão imobiliária atravessasse a serra em direção oeste e viabilizasse uma expansão da dinâmica imobiliária para locais ainda menos explorados do que a região das Vargens. Os sítios de Guaratiba – muitos voltados para a produção de plantas ornamentais, cultivo tradicional do local onde morou Burle Marx – estão sendo desmontados e loteados de forma irregular para formar condomínios fechados em uma região sem infraestrutura adequada de saneamento e sem um plano de estruturação urbana.

No período em que a aplicação do PEU de 2009 estava sobrestada, o Executivo Municipal, através da então Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público Privadas (SECPAR), publicou no Diário Oficial o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) n.05/2015 convocando "interessados com o objetivo de desenvolver planos, estudos, levantamentos e investigações ("Estudo") a serem utilizados na estruturação do Projeto Operação Urbana Consorciada Vargens na Cidade do Rio de Janeiro ("Projeto")"[12]. As empreiteiras Odebrecht e Queiroz Galvão formaram o consórcio que realizou os estudos nos 52 km² demarcados. Em área, é a maior proposta de OUC do Brasil, cerca de dez vezes maior que a do Porto Maravilha, aprovada em 2009. Ainda em 2015, a Prefeitura apresentou o Projeto de Lei Complementar n.140 que, além de modificar os parâmetros do PEU de 2009, reduzindo os índices, mas ainda permitindo um grande adensamento, cria uma OUC com previsão de venda de Certificados do Potencial Adicional de Construção para a capitalização da operação. O projeto ficou conhecido como Vargens Maravilha.

[11] Em sua dissertação de mestrado, Juliana Araujo faz uma análise detalhada do processo de mudança da legislação na região das Vargens desde 1981 até 2016 (ARAUJO, 2016).
[12] Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 10 de julho d 2015.

Entre abril e junho de 2016, houve seis audiências públicas em que a população local protestou contra as mudanças que já vinham sendo sentidas no modo de vida local desde a aprovação do PEU de 2009. As audiências não implicaram nenhuma iniciativa nova da Prefeitura, o que confirma que não houve intenção de incorporar as críticas feitas pelos moradores, mas apenas de legitimar o projeto, que pretende remover diversos bairros populares da região, aterrar grande parte da área alagadiça existente e criar canais de escoamento e ligação com a praia, o que tem sido chamado pelo poder público de Veneza Carioca[13]. A referência não é ao Maciço da Pedra Branca com suas histórias de luta e resistência simbolizada pelas comunidades quilombolas que ainda ocupam a área, que conformam a história de Vargens e do país, nem à rica fauna dos brejos ainda desabitados, mas a uma cidade turística italiana conhecida por seus canais.

A gestão de Marcelo Crivella, a partir de 2017, não alterou a política de investimento em infraestrutura e remoção de favelas na Baixada de Jacarepaguá. Em outubro de 2017, Crivella foi a Dubai, nos Emirados Árabes, buscar investidores para o projeto das Vargens, mostrando que a Prefeitura insistirá na viabilização da Operação Urbana e que o momento atual de crise política e econômica apenas posterga um cenário mais contundente da pressão imobiliária sobre a região. E, certamente, de acirramento dos conflitos existentes em 2018.

No próximo tópico, será discutido como parte da resistência contra o PEU e OUC das Vargens se aglutinou em torno da Articulação Plano Popular das Vargens que conduziu o processo de elaboração do Plano Popular das Vargens.

3. O PLANO POPULAR DAS VARGENS

O processo de mobilização em torno da elaboração do Plano Popular das Vargens ocorre no fim do período olímpico, quando o clima de otimismo e exaltação do Rio de Janeiro e do Brasil que delineou o discurso oficial sobre os megaeventos ainda não tinha se esvaído totalmente.

Na verdade, apesar de desde a redação do Dossiê de Candidatura a Prefeitura afirmar que o projeto de realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro não enfrentava qualquer oposição pública organizada – o que minimizava, aliás, a falta de participação popular e a ausência de mecanismos democráticos de decisão sobre os projetos relacionados aos Jogos - , movimentos de contestação e resistência sempre estiveram presentes (COSENTINO; MONTEIRO, 2017). As lutas sociais contra as remoções, as privatizações, os danos ambientais, a militarização da cidade e as intervenções urbanas realizadas no período de preparação da Copa e das Olimpíadas foram bem mais intensas do que sugere o discurso do consenso forjado, especialmente na Baixada de Jacarepaguá e na região da Barra da Tijuca, onde se concentraram os principais equipamentos e eventos das Olimpíadas.

[13] Na verdade, o termo Veneza Carioca surge ainda na gestão de Cesar Maia, quando o Secretário Municipal de Urbanismo Alfredo Sirkis, do Partido Verde, propôs projeto com algumas características similares com respeito ao sistema hídrico local.

Entre as muitas mobilizações do período de preparação e realização das Olimpíadas 2016, podem ser destacadas o Coletivo *Resistência Popular Zona Oeste II*[14], que construiu importantes lutas como a resistência contra a remoção, assim como o movimento *Golfe Para Quem?*, que se posicionava contra o impacto ambiental e a ampliação dos índices construtivos associados à implantação do Campo de Golfe Olímpico. A atuação do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas foi especialmente vigorosa na articulação e concepção de diversas ações de resistência e denúncia das violações de direitos, como as campanhas "O Maraca é nosso" e "Rio 2016: os Jogos da Exclusão". Resistências contra remoções organizadas por coletivos de moradores e seus apoiadores atravessaram todas as lutas do período, com resultados geralmente negativos, mas que, em seu conjunto, com pequenas vitórias, alimentavam a mobilização e os conflitos em curso. O simbólico movimento *Ocupe* também se destaca, começando pelo acampamento do "Ocupa Cinelândia", em 2011, e reverberando nas principais universidades públicas e dezenas de escolas públicas da cidade em 2016 (Sánchez et al, 2016).

Na área abrangida pelo PEU das Vargens, a Prefeitura, embalada pela conquista dos Jogos, aprovava a Lei Complementar n.104/2009, que criava um ambiente propício para a produção de novos empreendimentos imobiliários, seguindo com suas práticas correntes de privilegiar a interlocução com o empresariado local e não discutir seus planos e projetos com as populações afetadas, uma velha tradição carioca que se radicalizara desde a elaboração do Plano Estratégico de 1995. Como vimos, próximo ao final do período olímpico, em 2015, a febre das parcerias público-privadas chegava à região e a interlocução com as empresas Odebrecht e Queiroz Galvão se coagulava no Projeto de Lei Complementar n.140/2015, novamente sem nenhuma discussão local. O território abrangido pelo PEU, contudo, não era tão inerte quanto supunha o discurso e as estratégias da Prefeitura. Além da ação histórica do MUP, sucintamente tratada no tópico anterior, destaca-se a atuação da Associação de Agroecologia de Vargem Grande – AGROVARGEM, criada em 2007 a partir da articulação de agricultoras e agricultores do Maciço da Pedra Branca e, ainda, as lutas protagonizadas pela Associação de Moradores de Vargem Grande - Amavag, em especial o embate em 1982, quando a Associação conseguiu barrar a construção de um cemitério em um terreno turfoso e permeável da região.

A militância em torno da agroecologia articulada pela Agrovargem se manifesta em torno de muitas expressões, como a Feira da Roça, que acontece aos domingos, onde são comercializados produtos cultivados localmente nos quintais das casas e nas agroflorestas, que produzem principalmente caqui e banana, além de milho, mandioca, frutas e outras culturas. Importante, também, é o fomento a articulações que não só atuam localmente, como em outras escalas, como é o caso da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), à qual a Agrovargem se integra em 2012. A Rede CAU se apresenta como um movimento

[14] Desde a década de 1990, graças ao discurso da grande mídia, a Baixada de Jacarepaguá, com suas regiões e bairros, passou a ser referida como formando parte da zona oeste da cidade, atributo antes utilizado para designar as regiões de Realengo, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, onde predomina a população de baixa renda.

social que agrega pessoas e organizações locais, estaduais e nacionais para a defesa da agroecologia na cidade e atua junto aos quintais produtivos e lavouras[15].

Outro grupo atuante na região é a Rede Ecológica, movimento social que se propõe a fomentar o consumo ético, solidário e ecológico e que é constituído de grupos de consumidores que realizam compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos/orgânicos. Finalmente, merece destaque a Coletiva Hortelã, que surgiu a partir de encontro de mulheres da região e que se articula com alguns grupos como a Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e a Roda de Mulheres da Rede CAU. Enraizada neste contexto de lutas pela agroecologia e pelo direito à moradia, surge a Articulação Plano Popular das Vargens, responsável pela condução do processo de elaboração do plano alternativo para a região.

3.1. Articulação Plano Popular das Vargens

A Articulação Plano Popular das Vargens (APPV) foi fundada no primeiro semestre de 2016, por um grupo de moradores que reúne quilombolas, professores do ensino médio, lideranças comunitárias e outras pessoas da região. Criada com o objetivo de barrar as mudanças na legislação urbanística propostas pela Prefeitura, a APPV se inspirava na experiência do Plano Popular da Vila Autódromo e tinha como estratégia buscar apoio junto a laboratórios universitários e organizações não-governamentais para construir um plano próprio, alternativo, que refletisse os desejos da população local sobre a ocupação daquele território.

Com base em estudos de apoiadores do campo acadêmico[16], o grupo questionava a impermeabilização do solo gerada pelo projeto de urbanização proposto pelo PL n.140/2015, destacando não apenas a fragilidade ambiental da região das Vargens, mas, também, o impacto sobre o clima de toda a cidade. Entre os riscos sociais e ambientais relacionados à implementação do PL n.140/2015, a APPV destacava que a abertura de novas vias sobre áreas frágeis e o adensamento construtivo previsto no projeto da OUC Vargens ameaçavam de remoção mais de 40 bairros populares e promoviam a ocupação de áreas de várzeas alagadiças, o avanço da urbanização sobre área vegetada do Parque da Pedra Branca e a criação de demanda por infraestrutura inadequada para a região.

A APPV reforçava, especialmente, o potencial agroecológico das Vargens e a proximidade com uma das maiores florestas urbanas do mundo, o Maciço da Pedra Branca, onde vivem duas comunidades quilombolas reconhecidas, em áreas incluídas no Parque Estadual da Pedra Branca: o Quilombo Cafundá Astrogilda e o Quilombo do Camorim.

A APPV se apresentou como um espaço de formulação de propostas que reconhecessem a população que ocupa historicamente a região, sua cultura e seu modo de

[15] Ver em https://pt-br.facebook.com/pages/category/Community-Organization/Rede-Carioca-de-Agricultura-Urbana-638527312919589/

[16] Entre esses, merecem destaque os estudos de Rita Montezuma, sobre sistemas ambientais urbanos que abrangem os maciços cariocas e a Baixada de Jacarepaguá, e de Annelise Fernandez, sobre os modos de vida e os arranjos econômicos e territoriais relacionados à agroecologia na área das Vargens e outras regiões no entorno do Maciço da Pedra Branca.

vida. Em maio de 2016, a articulação realizou sua primeira reunião aberta, convidando apoiadores que estiveram mobilizados nas lutas recentes no Rio de Janeiro, principalmente aquelas articuladas contra as remoções e grandes projetos urbanos dos megaeventos esportivos. Nessa reunião, foram apresentados seus princípios fundadores: o direito inalienável à moradia e ao plantar; o direito à cidade em termos de infraestrutura e mobilidade urbana; o direito à água e à agroecologia; o direito à agrobiodiversidade, que pressupõe a integração das pessoas com a natureza; o direito de participar das decisões sobre seu destino; o direito das mulheres e a luta antirracista como bases da luta contra as opressões de classe.

Em seu lançamento, a APPV convidou entidades, movimentos sociais e lideranças populares a uma mobilização para dar início a um processo de elaboração de um plano popular. As falas dos presentes, que incluíam lideranças da Vila Autódromo, passaram pela avaliação das lutas sociais no período recente, considerando avanços na resistência contra as remoções, a luta contra grandes projetos - como a reforma do Complexo do Maracanã e a construção do Campo de Golfe Olímpico - e as grandes ameaças que se impõem com a proposta de uma operação urbana sobre uma área de ocupação popular e grande potencial ambiental. Através desse ato, a APPV buscou mobilizar recursos políticos defendendo a elaboração do plano popular enquanto processo de articulação de mobilizações sociais e instrumento de luta.

Como apontando anteriormente, a região das Vargens já vinha passando por transformações urbanas importantes desde a década de 1990, após a implantação da Linha Amarela, tendência que se acelera com a aprovação do PEU de 2009. As organizações populares vinham buscando meios para resistir em um cenário extremamente adverso, de avanço do mercado imobiliário associado a grandes proprietários fundiários, com apoio irrestrito do poder público municipal, de um lado, e, de outro, do aumento de controle do território por organizações criminosas armadas, como milícias e tráfico de drogas. É neste cenário que a elaboração de um plano se apresenta como um caminho para mobilizar forças populares.

3.2. O curso de planejadores populares

Lançado o desafio de elaboração de um Plano Popular para se contrapor a uma operação urbana que incidiria sobre uma região de mais de 50 km^2 da periferia do município do Rio de Janeiro, a APPV define que deveria envolver não apenas as pessoas já mobilizadas, mas buscar meios de alcançar de forma mais ampla a população atingida. Em conjunto com laboratório de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro - o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ)[17] - é então elaborada a proposta de realização de um curso de formação de planejadores populares. O curso seria uma forma de envolver lideranças populares locais e moradores, principalmente jovens dos bairros populares, na elaboração de insumos para o plano.

[17] Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O “Curso Formação de Planejadores Populares: Construindo o Plano Popular das Vargens” foi organizado em oito sessões, realizadas aos sábados em outubro e novembro de 2016, incluindo momentos de aulas e atividades práticas. As aulas foram organizadas por integrantes do NEPLAC e da APPV tendo como premissa a composição de saberes, da universidade, de profissionais que atuam na região, de moradores e agricultores. As sessões foram organizadas de modo a abrir espaços para as falas de pessoas representando os diversos saberes, direcionando-as para a formulação do plano popular.

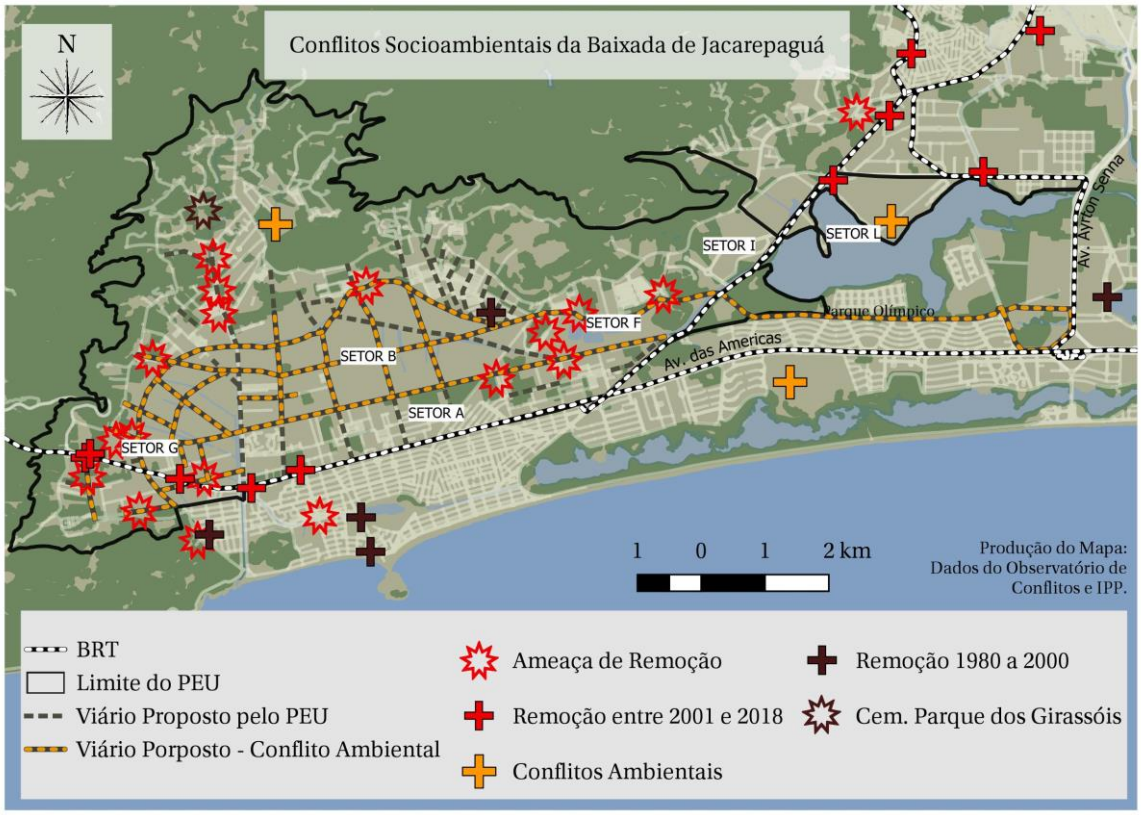
As primeiras sessões foram voltadas para o diagnóstico, incluindo a delimitação do escopo do plano, e para a discussão sobre os princípios previamente propostos pela APPV. Foram feitas apresentações e debates sobre a formação e caracterização social, ambiental, econômica e cultural da região, com base em dados trazidos pela universidade e pelos movimentos sociais, além de depoimentos colhidos pelos moradores. As primeiras sessões foram também voltadas para uma leitura do desenvolvimento urbano da região, com a compreensão de instrumentos urbanísticos que estavam sendo propostos pela nova legislação.

A leitura do território baseou-se na identificação de conflitos sociais para, a partir deles, elaborar um olhar crítico sobre a produção do espaço urbano e debater sobre outros modos possíveis de produção democrática da cidade. Partindo dos conflitos, volta-se para os agentes sociais e as relações que operam a lógica dominante de produção do espaço, desnaturalizando processos. Abre-se também espaço para reconhecer outros agentes produtores do espaço urbano (invisibilizados pelas leituras dominantes), seus interesses e motivações, e para as reais formas de apropriação da cidade por seus moradores e usuários. Ao mesmo tempo, identificam-se os pontos nodais sobre os quais o plano deve se desenvolver.

A partir desse momento de leitura do território foram definidos os eixos temáticos do Plano Popular: (1) morar e plantar; (2) água, qualidade ambiental e áreas de preservação; (3) agroecologia; (4) infraestrutura, espaços e equipamentos públicos; (5) mobilidade urbana; (6) quilombos e tradicionalidades; (7) organização e mobilização popular. Foram também escolhidas três áreas para o desenvolvimento de atividades práticas do curso, incluindo visitas e detalhamento de propostas locais. Essas foram escolhidas para representar a diversidade de situações urbano-ambientais do território, considerando os moradores participantes do curso. Para cada sessão, os organizadores do curso preparavam e levavam aos participantes materiais de subsídio ao trabalho, considerando o que fora debatido na sessão anterior, trazendo insumos para o desenvolvimento das propostas, incluindo estudos, pesquisas, legislação, registros, cartografias e informações das políticas públicas incidentes.

Na atividade de campo, os planejadores populares foram provocados a observar e propor soluções para áreas específicas: Centro de Vargem Grande, Caeté, Taboinhas e áreas de morar e plantar na floresta, no Parque da Pedra Branca. As visitas foram acompanhadas de moradores que integravam o curso, trazendo a história do lugar, as relações presentes, os conflitos e propostas. O olhar para lugares específicos ao mesmo tempo em que permite pensar em propostas que podem ser replicadas para a região de forma mais ampla, chama a atenção para a complexidade do espaço urbano e necessidade de se ter cuidado com a diversidade.

Figura 2: Mapa dos Conflitos Socioambientais da Baixada de Jacarepaguá



Fonte: NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ, elaboração Paula Cardoso Moreira, 2018.

Nas sessões voltadas para as propostas, foram revistos e detalhados os princípios inicialmente trazidos pela APPV e formulados os objetivos compartilhados. Para cada eixo temático foram desenvolvidas propostas - de âmbito geral, para todo o território, e específicas, para determinadas localidades -, considerando o conhecimento e as demandas trazidas pelos participantes. Nas propostas gerais, ficaram claros os riscos à população e ao ecossistema das novas legislações urbanísticas em tramitação, assim como a possibilidade real de se implementar outras soluções que combinem o desenvolvimento da região respeitando os modos de vida locais. A situação existente apontava para a necessidade de novo quadro legal e institucional e de investimentos públicos, mas questionava-se o modelo dentro do qual vinham sendo apresentadas as propostas do poder público municipal. Apontou-se a limitação das propostas locais, considerando o perfil da turma e sua maior concentração em Vargem Grande (com pequena representação de Vargem Pequena), mas o grupo de professores e alunos entendeu que seria importante representá-las, como forma de dar início a um processo de discussão, tendo clareza sobre a necessidade de ampliação das localidades contempladas.

O curso foi realizado na Escola Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa, em função da parceria da direção da escola com a APPV e do objetivo de envolver os jovens. Ao final, foram poucos que realmente participaram de todo o curso, mas a turma conseguiu abranger uma diversidade composta por estudantes da escola, moradores de comunidades de baixa renda ameaçadas, moradores envolvidos com a agroecologia, integrantes de entidades que atuam na defesa da região, além das lideranças da APPV. Participaram também lideranças populares históricas da região, que atuavam no MUP, além de duas lideranças (uma de Vila Autódromo e outra de Arroio Pavuna) que desenvolveram seus planos populares contra o projeto olímpico.

O curso teve como resultado um caderno e uma cartografia de "Insumos para o Plano Popular das Vargens", a ser submetido a reuniões e assembleias que seriam convocados pela APPV, envolvendo uma mobilização mais ampla na região. Foi elaborado também um folheto, com objetivo de apresentar as propostas elaboradas para debate, e provocar os moradores a debater e avançar no seu detalhamento. Como encerramento do curso, foi realizada uma atividade na Feira da Roça, na praça do centro de Vargem Grande, como forma de ocupação do espaço público e publicização do material elaborado.

3.3. A consolidação e o conteúdo do Plano Popular das Vargens

Após a realização do Curso, foram realizados quatro encontros de participação ampliada para discussão do Plano Popular, onde foram discutimos os insumos trazidos, ao mesmo tempo em que se incorporavam resultados de visitas a assentamentos populares abrangidos pelo PEU nos quais as propostas do curso foram apresentadas e discutidas.

No 4° Encontro do Plano Popular das Vargens, em agosto de 2017, foram feitas atividades para a ratificação das propostas para o plano. Dentre elas, cabe citar a ciranda, que funcionava paralelamente, para possibilitar a participação das mães. Os Grupos de Trabalho organizados para o encontro foram: 1. Comunidades, regularização fundiária e os Planos Locais; 2. Morar e Plantar no contexto dos direitos da natureza e do direito à cidade; 3. Infraestrutura e espaços públicos.

Em 07 de outubro de 2017, o Plano aprovado em agosto é apresentado em audiência pública convocada pela Câmara Municipal com a formação de mesa com a presença de vereadores (PSOL e PDT), representante do NEPLAC/IPPUR/UFRJ, lideranças locais (Quilombo do Camorim e Comunidade Cesar Maia) e representante da Rede Carioca de Agricultura Urbana. As diversas falas ressaltaram a importância do plano na luta pela permanência das comunidades, na proteção do meio ambiente e na preservação da relação entre morar e plantar e destacaram, sobretudo, a forma de habitar a cidade dos moradores da região, que aproxima do cotidiano a relação com a natureza.

Além de dois tópicos introdutórios onde são apresentados as motivações e a metodologia de construção coletiva adotada no processo de elaboração do Plano Popular das Vargens, o documento do Plano contém cinco tópicos (APPV, 2017).

O primeiro é dedicado a uma "caracterização geral das Vargens", que abrange um diagnóstico do território, com destaque para os riscos que o PEU Vargens traz para o ecossistema da Baixada de Jacarepaguá; um histórico fundiário do processo de ocupação, onde se destacam as relações de poder, conflitos e interesses existentes; e uma caracterização sintética da dinâmica populacional e da ocupação urbana, com a apresentação das tendências existentes.

A seguir, são elencados os princípios do Plano Popular, que, apresentado como uma ferramenta de luta, enfatiza um conjunto de direitos a serem defendidos e afirmados: o *direito à participação e empoderamento da população*; o *direito à moradia* ("nenhum morador será sujeito à remoção ou à privação de seus meios e produção de alimentos"); o *direito à cidade* ("por uma cidade para as pessoas, antirracista, que reconheça e incorpore a diversidade, a identidade, a história, a cultura e a memória populares com o protagonismo das mulheres, e que não sirva à lógica da valorização imobiliária"); e o *direito à agrobiodiversidade* (APPV, 2017).

O próximo tópico é destinado a uma leitura crítica da legislação urbanística da região da Vargens, com destaque para o PEU 2009 e as propostas do PL n.140/2015 - Operação Urbana Consorciada e o novo Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens -, tendo como referência e, eventualmente, contraponto, as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município do Rio de Janeiro aprovado em 2011. São apontadas as alterações na legislação local desde 1981, com base na dissertação de Juliana Araújo (2016), e recuperado o discurso de justificação das operações urbanas consorciadas no Brasil, sua incorporação no Estatuto da Cidade e as críticas que a experiência brasileira permite formular. Ao final, são apresentadas propostas para a revisão da legislação urbanística.

Os últimos tópicos são destinados às propostas do Plano Popular, que estão organizadas segundo seis eixos temáticos - (i) morar e plantar; (ii) água, qualidade ambiental e áreas de preservação; (iii) agroecologia; (iv) infraestrutura, espaços e equipamentos públicos; (v) mobilidade urbana; (vi) quilombos e tradicionalidades - e um conjunto final de propostas dedicadas à convocação da organização e mobilização popular, onde é recuperada a história de lutas e resistência nas Vargens e apresentado um conjunto de propostas específicas.

As propostas do Plano Popular englobam desde diretrizes gerais e definição de programas e prioridade de ação, até propostas especificas e localizadas. De forma muito sintética, estão destacadas a seguir algumas das principais propostas do Plano[18]:

- Propostas para a revisão da legislação urbanística ou incluídas no eixo temático *Infraestrutura, espaços e equipamentos públicos*

[18] Não há espaço, neste artigo, para detalhar todas as propostas incluído no Plano Popular das Vargens. O documento completo está disponível em http://sertaocarioca.org.br/2018/01/plano-popular-das-vargens-versao-completa/

O PL n.140/2015 deve ser retirado da Câmara Municipal e a Lei Complementar n.104/2009 deve ser revogada. Deve ser iniciado um processo de revisão da legislação urbanística e ambiental que envolva toda a população das localidades incluídas no PEU.

Todos os projetos residenciais e não residenciais de grande porte devem ser objeto de estudo de impacto de vizinhança específico.

É fundamental rever as propostas viárias para as Vargens e, especialmente, revogar os projetos de alinhamento e outras propostas que preveem ruas que atravessam os campos desocupados e as áreas de brejo.

Deve ser implementado transporte com a capacidade necessária para atender às necessidades de mobilidades dos moradores e usuários de Vargem Grande, sem que se induza a ocupação das áreas frágeis da região, assim como garantir condições adequadas de circulação e acessibilidade urbana, com implantação de sistema cicloviário.

Os índices de aproveitamento do terreno devem ser revistos para baixo, de modo a manter a baixa densidade da região. O número de pavimentos permitidos não deve ser superior a dois, além de terraço acima do último pavimento.

Garantir o acesso à água, esgoto, coleta seletiva de resíduos sólidos com destinação adequada e limpeza urbana.

Implementar políticas de segurança pública que garantam o respeito à vida e à autonomia.

Construir hospital público e ampliar o atendimento dos Postos de Saúde da região.

Construir creches e espaços de educação infantil que atendam à demanda existente e ampliar a oferta de escolas municipais e estaduais.

Criar espaços de lazer e qualificar e valorizar os espaços públicos, em especial o espaço da Praça José Baltar, no centro de Vargem Grande.

- Propostas dos eixos temáticos *Morar e plantar*, *Água, qualidade ambiental* e *áreas de preservação*, *Agroecologia* e *Quilombos e tradicionalidades*

Não à remoção: promover regularização fundiária e urbanização de todas as comunidades com base em Planos Populares Locais, garantindo espaço para espaços culturais locais e plantio de alimentos e o direito as pessoas decidirem sobre todos os processos.

Garantir a função social e ambiental de terrenos vazios ou subutilizados, destinando-os para moradia social, uso público e para a produção coletiva e comunitária de alimentos.

Garantir que as normas urbanísticas respeitem e incentivem as formas de vida tradicionais da região, reconhecendo a agricultura no urbano em todos os espaços públicos e privados.

Incentivar e viabilizar a produção de alimentos em comunidades e bairros populares.

Proteger as áreas baixas e alagadiças desocupadas, com seus ecossistemas e seu papel de cisterna natural, por meio da criação da Unidade de Conservação dos Campos Alagados.

Delimitar área de amortecimento do Parque Estadual da Pedra Branca como cinturão agroecológico e reconhecer e valorizar moradores e agricultores que vivem dentro do Parque. Fortalecer o Conselho de Representantes do Parque e reconhecer as propostas do Plano de Manejo elaboradas com os moradores.

Conciliar a recuperação e manutenção dos rios com ocupações tradicionais e moradias populares e interromper a construção de condomínios sobre áreas úmidas e florestas.

Controlar a extração das águas subterrâneas de forma a respeitar a dinâmica das águas e o ritmo de abastecimento do lençol freático.

Reconhecer e fomentar a agroecologia como forma de garantir segurança e soberania alimentar e ampliar formas de apoio e financiamento da produção local e familiar.

Valorizar o reconhecimento oficial da identidade dos agricultores urbanos e reconhecer, valorizar e fortalecer a Feira da Roça e outras feiras agroecológicas.

Incentivar o cultivo através de quintais articulados entre si em coletivos e trocas entre vizinhos, valorizando o protagonismo das mulheres nessas iniciativas.

Integrar os coletivos existentes de agroecologia e promover mutirões de agricultura.

Criar escolas técnicas de agroecologia e gastronomia na região.

Realizar programas de capacitação para produção de florestas, produção agroecológica e fitoterápica.

Fortalecer a resistência quilombola e a identidade negra, preservando seus modos de vida e práticas culturais.

Demarcação e titulação definitiva dos quilombos existentes.

- Propostas do eixo *Organização e Mobilização Popular*

Potencializar a resistência e fortalecer a mobilização popular plural e autônoma.

Fortalecer a auto-organização das mulheres.

Combater políticas e ações racistas e fortalecer a identidade negra.

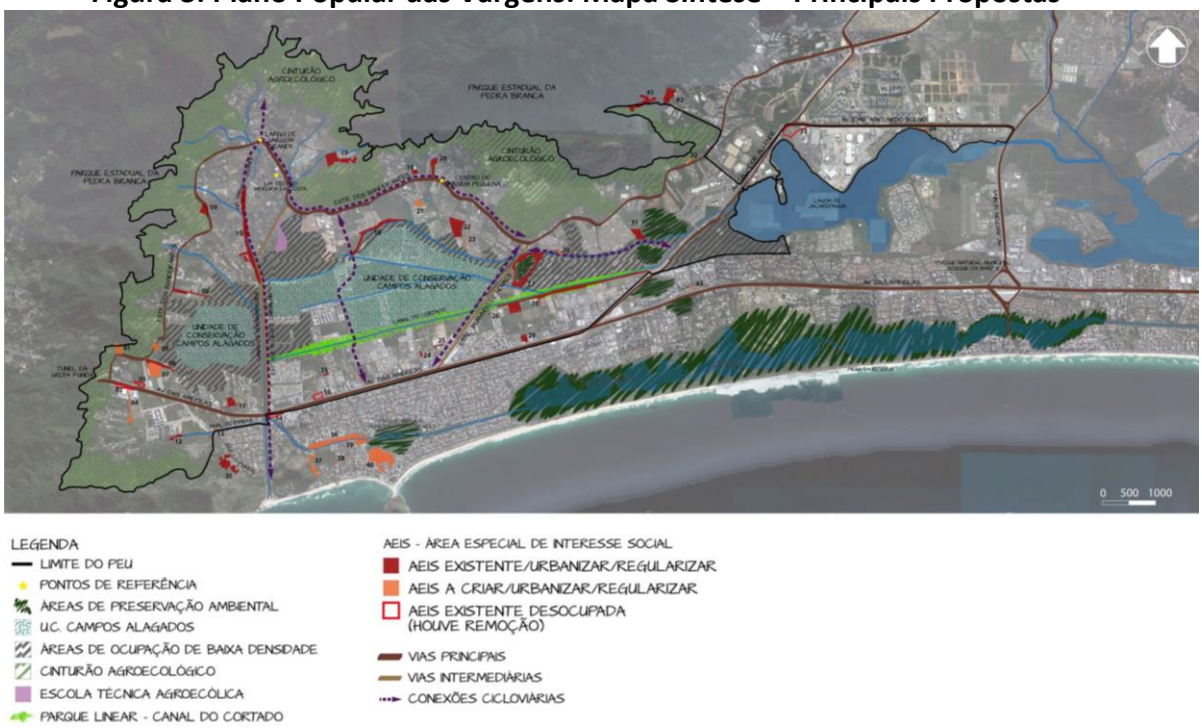
Fortalecer a articulação entre as lutas locais e as lutas globais.

Ampliar os espaços de mobilização e articulação popular nas Vargens, com a presença em outros territórios, em espaços públicos, principalmente através de ações culturais.

Fortalecer a comunicação popular e articular as lutas locais através de organizações e coletivos que atuam na região das Vargens.

Fortalecer alianças constituídas com entidades, organizações e universidades, de dentro e de fora da região, que compartilham dos princípios do Plano Popular das Vargens.

Figura 3: Plano Popular das Vargens: Mapa Síntese – Principais Propostas



Fonte: APPV, 2017.

4. CONCLUSÃO

A decisão de se lutar por um espaço urbano diferenciado, baseado no reconhecimento dos bairros populares, de comunidades tradicionais e de modos de vida que integram o morar e plantar, através de um Plano Popular, foi tomada por lideranças e coletivos que atuam na região das Vargens como forma de buscar caminhos de mobilização

popular e de enfrentamento de forças políticas e econômicas em um contexto extremamente adverso.

É interessante notar como o processo de planejamento foi incorporado no Rio de Janeiro como forma de mobilização e materialização de projetos populares, especialmente a partir da luta da Vila Autódromo, cuja estratégia original e diversa teve como um dos seus eixos mais destacados a atitude propositiva dos moradores, que se atreveram a desafiar a Prefeitura e oferecer uma alternativa consolidada em um Plano Popular que tornava visíveis as grandes questões da comunidade – tal como os moradores queriam que fossem vistas e priorizadas - e oferecia soluções mais adequadas (e mais baratas!) do que a remoção total requerida pela Prefeitura (TANAKA et al, 2018; SÁNCHEZ et al, 2016). Desde então, tem sido recorrente o debate sobre a importância de planos alternativos, autônomos, produzidos fora do Estado, como instrumento de luta e estratégia de resistência a medidas autoritárias de governos e a grandes projetos públicos e/ou privados[19]. O caso de Vila Autódromo – com suas vitórias e derrotas parciais – se afirma como objeto de avaliação e como referência a partir da qual são estimadas possibilidades e cursos de ação nos espaços políticos de luta contra as remoções no Rio de Janeiro, e o planejamento é incorporado no repertório das lutas populares como instrumento a ser apropriado. A Articulação Plano Popular das Vargens já nasce com esse nome, convocando lideranças populares e seus apoiadores a criar o seu modo e formato de plano popular, que é apropriado de forma crítica: não como um modelo, mas como processo a ser elaborado considerando os objetivos políticos da articulação.

Há elementos comuns entre o Plano Popular da Vila Autódromo e o Plano Popular das Vargens, como o caráter de denúncia, de contraposição ao projeto de cidade imposto pelo poder público respondendo aos interesses fundiários e imobiliários, e de afirmação de que é possível, através da construção democrática, um projeto alternativo. A linguagem de direitos, combinada à linguagem técnica, sem minimizar as narrativas populares, assim como a elaboração de uma cartografia que dialogue com a cartografia oficial, são também elementos comuns.

Há diferenças importantes a observar. A luta da Vila Autódromo foi uma luta pela permanência, pelo reconhecimento de um pequeno bairro popular e sua urbanização, para se tornar cidade, superando sua condição de informalidade. Tratava-se de uma comunidade de baixa renda que se reconhecia enquanto tal, com 90% da sua área delimitada em lei como Área de Especial Interesse Social e com uma condição urbana relativamente homogênea, apesar das reconhecidas diferenças internas (VAINER et al, 2013). A região das Vargens, por sua vez, é uma área complexa e heterogênea, com uma população diversa distribuída em bairros com características muito distintas, com 27 mil habitantes em Vargem Pequena e 14 mil em Vargem Grande – áreas com expressiva concentração de população de baixa renda -, aos quais se somam ainda milhares de habitantes distribuídos em áreas pouco densas em Camorim e partes dos bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes – bem

[19] Outras referências brasileiras são importantes, desde aquelas relacionadas a militâncias pioneiras de arquitetos e coletivos populares na produção de projetos de urbanização de favelas dos anos 1960 a 1980 – especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo -, até projetos e planos alternativos produzidos em Salvador (Saramandaia), Belo Horizonte (Dandara), entre outros.

mais elitizados - e Jacarepaguá[20]. A própria noção de "Região das Vargens" é uma construção recente da Prefeitura, uma elaboração *ad hoc* para justificar os limites da área abrangida pelo PEU Vargens, que não confere unidade de reconhecimento. O processo de elaboração do plano em si se coloca como uma forma de mobilização e de busca de uma unidade popular, de produção de uma pauta unificadora, por meio de uma articulação, em contraposição ao projeto "Vargens Maravilha".

O projeto "Vargens Maravilha" se apresenta como uma ameaça para os que são colocados na condição de informalidade criminalizada, por sua condição de pobreza (ROY, 2005), para populações periféricas, não reconhecidas na cidade formal (MARICATO, 1996; 2011). Embora a maior parte da população moradora da região das Vargens, incluindo classes médias e altas, estejam na informalidade do ponto de vista urbanístico, são os pobres que são ameaçados. O avanço das forças de mercado e da ação institucional do Estado, para as classes mais abastadas, se apresentam como uma brecha para sua regularização e para a valorização da sua propriedade. O Plano Popular, nesse aspecto, se coloca como uma reivindicação das classes populares por ter seus direitos igualmente reconhecidos, como uma forma de se apresentar também como aptos a integrar a cidade, se realizados processos democráticos de produção do espaço urbano.

Nas Vargens, o conteúdo do plano também assume outra dimensão no campo das narrativas populares, de afirmação de que é possível pensar em outros modos de vida. Afirma-se a necessidade de se romper com lógicas dominantes e predatórias de reprodução do espaço urbano e é colocada a reivindicação por uma "outra cidade", de um lado baseada em modos de vida populares e tradicionais, e de outro na ideia de *bem viver*, afirmando valores de igualdade de gênero, raça e classe, e da agroecologia. O plano é uma expressão de possibilidade de uma outra cidade a ser elaborada. Assume, nesse sentido, um caráter subversivo e anticapitalista, tensionando estruturas existentes.

O planejamento conflitual, como resposta a uma ameaça externa, impõe a necessidade de ação no tempo político do adversário, embora seja esse tempo político que forje, na luta social, a unidade no campo popular. O planejamento urbano, enquanto linguagem reconhecida socialmente, se torna instrumento de poder, que permite a grupos populares, subalternizados, enfrentar na esfera pública, adversários poderosos (OLIVEIRA et al, 2016; TANAKA, 2017).

Em um cenário de violência, onde o Estado atua na destituição de direitos de comunidades populares por meio da remoção, de perseguição e criminalização de movimentos sociais, e de controle do território por forças criminosas, a aliança com uma assessoria técnica da universidade e entidades que atuam na defesa de direitos confere legitimidade e abre espaço de ação política, dentro de um campo socialmente aceito[21]. Há uma escolha cuidadosa quanto à narrativa que será apresentada para fora, dentro do contexto do conflito.

[20] Os dados disponíveis são do Censo do IBGE de 2010. Não incorporam, portanto, a intensa dinâmica da década, especialmente na sua primeira metade.

[21] Tarrow e Tilly (2007) ao tratar da dinâmica de contestação política se referem a repertórios de movimentos sociais que passam a ser socialmente reconhecidos. O plano popular pode ser entendido, na dinâmica do conflito, como uma inovação, mas dentro de um campo de reconhecimento.

Para além da ideia de insurgência, que muitas vezes não reconhece o caráter político e organizado das forças populares[22], deve-se reconhecer o plano popular como um momento na trajetória de lutas sociais, como um encontro de militantes históricos, lideranças populares, populações ameaçadas e entidades de defesa de direitos sociais[23]. A Articulação Plano Popular das Vargens assim se reconhece, demonstrando a organização da sociedade à despeito de todas as adversidades que se impõe.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Juliana L. *Um novo capítulo da "marcha para oeste" no Município do Rio de Janeiro: análise dos instrumentos de regulação urbanística da ocupação da região das "Vargens" na última década*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2016.

ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS (APPV); NÚCLEO EXPERIMENTAL DE PLANEJAMENT0 CONFLITUAL (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ). *Plano Popular das Vargens*. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ; Ford Foundation, 2017.

CARDOSO, Adauto L.; JAENISCH, Samuel T.; MELLO, Irene Q.; DE GRAZIA, Grazia. A retomada das remoções no Rio de Janeiro e o Programa Minha Casa Minha Vida (211-226). In: CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A.; JAENISCH, Samuel T. (org.) *Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, 2017.

COSENTINO, Renato. *Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.

FAULHABER, Lucas. *O jogo imobiliário carioca*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2016.

FAULHABER, Lucas; Azevedo, Lena. SMH 2016: *Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

GALIZA, Helena R. S. *Reabilitação de áreas centrais sem gentrificação*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2015.

GOHN, Maria da Glória M.. A Produção sobre Movimentos Sociais no Brasil no Contexto da América Latina. In *Política e Sociedade*, Florianópolis, v.13, n. 28, set/dez de 2014.

[22] Como na proposição de cidadania insurgente de HOLSTON, 1996.

[23] Embora não caiba no escopo desse artigo, há uma ampla literatura no campo dos movimentos sociais urbanos no Brasil (desde Sader, 1988 a Gohn, 2014), dentro do qual experiências recentes podem ser elaboradas, reconhecendo suas inovações, mas também as trajetórias nas quais se inscrevem.

HOLSTON, James. Espaços de Cidadania Insurgente. In: *Revista do Iphan*, n. 24, ano 1996.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência.* São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MONTEIRO, Poliana; COSENTINO, Renato. *RIO 2016: Projeto, orçamento e (des)legados olímpicos*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2017.

MONTEZUMA, R. C. M.; PENA,P.J.F.R. ; OLIVEIRA, R. R. ; SANTOS, R.L. As marcas do fogo - Aspectos estruturais da paisagem da mata atlântica em áreas alteradas por incêndios florestais. In: OLIVEIRA, Rogério R. (Org.). *As marcas do homem na floresta - história ambiental de um trecho de Mata Atlântica*. 1ed. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2005, v. , p. 183-203.

MOREIRA, Paula C. *Vargens: as disputas na produção do espaço*. Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói: Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFF, 2018.

OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. *Planejamento em contexto de conflito social: experiências recentes*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

PEREIRA, Alvaro L. S. *Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

PINHO. Thiago A. *O capital financeiro imobiliário no Brasil: o caso da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2016.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. In: *Journal of the American Planning Association (JAPA)*, v. 71, n. 2, Spring 2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970- 80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabricio L. Olimpíadas 2016: um balanço de véspera. In: *Revista ADVIR/Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.* n. 35 (Jul. 2016) – Rio de Janeiro, pp. 94-104, 2016.

SÁNCHEZ, FERNANDA; OLIVEIRA, FABRÍCIO LEAL DE ; MONTEIRO, POLIANA GONÇALVES . Vila Autódromo in dispute: subjects, instruments and strategies to reinvent the space. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 18, p. 408-427, 2016.

TANAKA, Giselle. *"Planejar para Lutar e Lutar para Planejar": Possibilidades e Limites dos planejamentos alternativos.* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TANAKA, Giselle M.; OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; VAINER, Carlos; COSENTINO, Renato; MEDEIROS, Mariana; MONTEIRO, Poliana. *Viva a Vila Autódromo! O Plano Popular e a luta contra a remoção*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Contentious Politics and Social Movements. In BOIX, C. STOKES, S. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. New York: Oxford University Press, 2007.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; OLIVEIRA, Fabricio L.; TANAKA, Giselle M.; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; LOBINO, Camilla. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In: *Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR*. Recife: Anpur, 2013.